

EIXO TEMÁTICO: Educação, Patrimônio Cultural e Planejamento Urbano e Ambiental

**ESTUDO DE REVITALIZAÇÃO DO BOSQUE MUNICIPAL JOSÉ
LUTZENBERGER**
**STUDY ON THE REVITALIZATION OF THE MUNICIPAL GROVE JOSÉ
LUTZENBERGER**

Marina Antenow Mattioni¹, Tenile Rieger Piovesan²

Palavras-Chave: Revalorização Urbana; Urbanismo; Paisagismo.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Cidades são planejadas de forma a agrupar pessoas em espaços. Espaços estes conformados por ruas, calçadas, edificações e áreas públicas. No entanto, é notável o descaso com estas últimas, sendo, no Rio Grande do Sul e no país todo, escassas e deficientes as áreas destinadas ao uso da população que a cerca (DE BERTOLI et al, 2015). É de conhecimento geral de urbanistas contemporâneos que estes ambientes precisam de grande atenção, já que têm a capacidade de melhorar não só o clima ligeiramente próximo, como também o dia-a-dia da população local. Como Robba e Macedo (2003) apontam, parques e praças são elementos necessários para a vida da cidade, tornando-se objeto de interesse político.

A prefeitura da cidade em estudo, Santo Augusto - RS, tem na legislação do Plano Diretor Municipal (2016) o Art. 5. que diz: a função social da cidade e da propriedade é definida como a garantia do direito à terra, à moradia adequada, ao trabalho, à saúde, à educação, ao lazer, à cultura, (...) ao ambiente equilibrado, à mobilidade e à acessibilidade, de forma a promover o uso socialmente justo, sustentável e integrado do território urbano e rural.

Não obstante, é de suma importância analisar que as condições de lazer e cultura demonstradas acima como garantias da legislação municipal não atingem a mínima exigência necessária para que possam realmente promover o uso socialmente justo, sustentável e integrado do território urbano e rural. Esta imagem de descaso com áreas públicas repete-se em toda a região.

Este artigo faz então uma discussão sobre a atual abordagem do município e da comunidade perante o Bosque Municipal José Lutzenberger, localizado na rua São Jacó, no bairro Floresta em Santo Augusto - RS. De modo a levantar diretrizes a uma proposta de revitalização e intervenção desta área já degradada e rejeitada pela comunidade, a partir de questões de sustentabilidade e de acessibilidade, utilizando-se de percepções a partir de visitas exploratórias ao campo, a fim de realmente atingir os objetivos citados na legislação municipal.

¹Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, marinamattioni@hotmail.com

²Orientadora, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI, Mestre-UFSM, tenile.piovesan@unijui.edu.br

Assim, buscando compreender motivos para o desuso do bosque em questão, o presente artigo ao estabelecer possíveis rumos a serem tomados para a revitalização e subsequente melhoramento da região em que este se localiza através da integração e sociabilidade entre seus usuários, dispondo também de um local para atividades físicas e descanso dentro do bairro, serve como modelo precursor de exemplo urbanístico, não só na cidade em questão, como também na região celeiro, uma vez que as premissas adotadas no presente artigo, raramente são o atual foco para aplicação das praças da região.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como dito por Fabíola Praça (2010, p. 2), “O conhecimento científico obtido no processo metodológico tem como finalidade, na maioria das vezes, explicar e discutir um fenômeno baseado na verificação de uma ou mais hipóteses”.

Dito isso, esta é uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo aplicado que, alia coleta de informações providas de estudo de caso, uma metodologia de caráter empírico que faz uso não somente de informações básicas teóricas como também observações e experiências, com a uma pesquisa bibliográfica, metodologia essa, que busca extrair de bibliografias já existentes informações relacionadas ao assunto em foco, compará-las e analisá-las, podendo, desta forma traçar premissas hipotéticas para aplicação do objeto estudado no presente artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Lerner (2011) diz que toda cidade tem seu contexto, seus marcos referenciais. Não apenas aquelas estruturas que são identificadas como pontos de importância ao patrimônio material histórico do país mas, especialmente, aos que fazem parte da história da cidade e que são essenciais à identidade, à consciência de pertencer a um local. E a praça é uma parte muito presente neste resgate visto que, ela normalmente surge junto com a mesma. No entanto, “As praças nos dias de hoje são vistas pela maioria das pessoas como espaços abandonados, de mendicância, ponto de drogas, e até mesmo de prostituição.” (YOKOO; CHIES, 2009, p. 1), tornando-se não-lugares.

Como Augé (1994) define, não-lugar é o exato oposto de lar, residência ou espaço personalizado. São espaços públicos em que há apenas a rápida circulação, incapaz de dar forma a qualquer identidade ou grupo. Estes, tendem a ter efeito dissolvente sobre a maneira pela qual os usuários se relacionam, de forma a criar solidão e similitude.

É trabalho, acima de tudo, de arquitetos urbanistas responsáveis, a transformação de não-lugares com potencial urbanístico de benefício à comunidade em ambientes públicos de lazer e cultura. O caso do bosque em estudo (Figura 1), remanescente da vegetação primária local que, há tantos anos sofre pelo descaso e desuso, tornou-se não somente um não-local de passagem como um antro de medo e criminalidade, área esta que, com o cuidado certo, poderia

trazer benefícios culturais aos moradores e à escola da região, além de movimento e segurança para o bairro.



Figura 1: Bosque Municipal José Lutzenberger

Como disse Jacobs (1961 p.70), “as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá”, dessa forma, é necessária uma certa complexidade e diversidade de usos no ambiente, delimitação espacial visual, insolação e centralidade, para que tais áreas livres tenham vitalidade e utilização contínua.

Para conferir a tão necessária complexidade à área estudada, fazendo então com que ela tenha movimento de pessoas em horários variados com razões definidas e diferentes para estarem lá, faz-se indispensável, como diria Jacobs (1961) primeiramente que esta transmita algo diferente de tudo o que já é oferecido na região, proporcionando variação de cenários e perspectivas aos usuários.

A complexidade também pode ser definida pela centralidade, ou seja, a demarcação de um ponto central, sendo ele um encontro de caminhos ou um ponto de destaque, gerando marcos visuais de identificação para atrair o usuário até o centro do bosque em questão. Além disso, como descrito no Manual de Espaços Públicos divulgado pelo CAU/SP (2013), esta diversidade pode ser atingida com a implantação de diferentes usos e atividades ao longo do dia, os quais dependem da insolação.

Insolação essa, que define a utilidade do espaço durante o dia e das estações do ano, e tem como desafio a grande quantidade e densidade de árvores no bosque que pode chegar a prejudicar esta em épocas mais frias ou ao entardecer, diminuindo a luminosidade presente no interior da área, neste último caso, a possibilidade de uma iluminação que permita a continuidade do interesse pelo usuário com segurança pode permitir o prolongamento da vitalidade no local. A retirada de árvores deve ser evitada ao máximo, utilizando como enfoque a permanência ambiental e a sustentabilidade. A condição da vegetação, também pode influenciar de forma positiva na delimitação espacial visual da área, conformando-a e gerando não só identidade, como segurança.



Figura 2: Vista interna do bosque

No entanto, perante as formas de entretenimento oferecidas pelas inovações tecnológicas e pela midiaticização geral da sociedade contemporânea, áreas públicas como as praças se tornaram pouco visitadas, ainda que perto de pontos de interesse, como escolas e edificações públicas, uma vez que as cidades capitalistas contemporâneas não promovem a segurança e dinâmica destes lugares e se estruturam pelo afastamento entre o público e o privado ou ainda pela ausência de cuidado da população sendo alvo de depredações. Assim, a título de necessidade, de forma a conquistar o público em geral

“ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpretando-as com equipamentos de lazer ativo que reproduzam a mesma animação, intensidade e vibração percebidas na televisão” (CASÉ, 2000, p. 63)

Assim, não se trata apenas de analisar e projetar uma praça pelas diretrizes demonstradas por urbanistas e teóricos das décadas passadas, uma vez que o comportamento humano voltado à áreas públicas está diretamente influenciado pela aplicação desenfreada de tecnologia no dia-a-dia de todos. Tornou-se cada vez mais difícil atrair crianças para brincar com a natureza, tanto quanto tornou-se difícil atrair adultos para desconectar-se da vida corrida e aproveitar da civilidade em um espaço amplo, sombreado e relaxante. Atrair a comunidade requer permitir que estes possam trabalhar e desfrutar da tecnologia enquanto no espaço público. Torna-se válida então, a instalação de pontos de conexão WiFi, totens com tomadas e mesas para trabalho, além de equipamentos de atração tecnológicos que, permitem não só a divulgação do espaço e da infraestrutura, como a maior permanência do usuário no meio.

Além disso, como “a inscrição da cidade na “paisagem” e a integração da paisagem no projeto de urbanismo aparecem como os princípios urbanísticos largamente compreensíveis e aceitáveis” (ASCHER, 1995, p.257) além de extremamente necessários, torna-se imprescindível que esta área não vire somente um oásis em meio à pavimentação rígida da contemporaneidade, mas algo conectado e acessível que a torne em si um ponto de encontro para a cidade.

Deste modo, realiza-se que para trazer lazer, complexidade e vitalidade real para o município, faz-se fundamental não somente que se desenvolvam atividades neste bosque, como também que trate-

se de conectá-lo à outras áreas de lazer e atração da comunidade, criando sentido para a existência das mesmas, as quais também ainda precisam ser desenvolvidas, uma vez que o município tem uma grande falta destas áreas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o levantamento feito e discussões subsequentes, identifica-se que, mesmo que as legislações municipais introduzam a necessidade de lazer como algo fundamental para a manutenção das cidades, estas acabam desprezando este ponto, tornando as poucas áreas de lazer existentes em antros de medo e criminalidade, pelo seu mau gerenciamento e seu descuidado processo projetual.

É de suma importância então, que arquitetos, profissionais formados e capacitados para a gestão e projeto destas áreas, se manifestem em prol do melhoramento do lazer como um todo na sociedade.

Ao analisar o bosque, percebe-se que seu abandono pode ser contornado utilizando simples diretrizes que contribuiriam no aumento da vitalidade não só desta futura praça, como também de sua região inteira. Como esta área não pode estar isolada em somente uma parte da cidade, torna-se então necessária a conexão desta com outras regiões da localidade, projeto este que requer maiores estudos. Parte assim, do presente artigo, o conclame, a chamada à ação: estando ao alcance de arquitetos e urbanistas, não se pode permitir que áreas como a estudada previamente passem eternamente abandonadas e desprezadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares, Introdução à Antropologia da Supermodernidade*. Campinas -SP: Papyrus, 1994.
- CASÉ, P. *A Cidade Desvendada: Reflexões e Polêmicas sobre o Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- DE BERTOLI, Angela Luciana et al. *Revitalização De Espaços Urbanos: Motivos Para Os Moradores Frequentarem A Praça Durval De Andrade*. Aracaju: FANESE, 2015.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO. Prefeitura do Município de Santo Augusto Santo Augusto, RS [2016]. Disponível em: http://www.santoaugusto.rs.gov.br/arquivos-publicacoes-legais/1152-arquivo-legislacao_publicacoes_legais.pdf >. Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- PORTO, M. *O processo de projeto e a sustentabilidade na produção da arquitetura*. São Paulo: C4, 2009.
- PRAÇA, Fábíola S. G. *Metodologia Da Pesquisa Científica: Organização Estrutural E Os Desafios Para Redigir O Trabalho De Conclusão*. Barueri, 2010.
- ROBBA, Fábio e MACEDO, Sílvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- YOKOO, S. B.; CHIES, C. *O Papel Das Praças Públicas: Estudo De Caso Da Praça Raposo Tavares Na Cidade De Maringá*. Maringá: EPCT, 2009.
- ESPAÇOS PÚBLICOS: Diagnóstico e metodologia de projeto. CAU/SP. São Paulo, SP [2013]. Disponível em: <<http://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>>. Acesso em: 17 de Maio de 2019.